

**Amsted Maxion Fundição e
Equipamentos Ferroviários S.A.**

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e à Diretoria da
Amsted Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Amsted Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Amsted Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e de suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2019



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Fernando Augusto Lopes Silva
Contador
CRC nº 1 SP 250631/O-7

AMSTED MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.861	6.729	Empréstimos e financiamentos	12	71.161	48.921
Contas a receber de clientes	5	13.838	13.771	Fornecedores	13	25.654	26.503
Estoques	6	43.888	43.964	Obrigações tributárias		714	933
Impostos a recuperar	7	17.421	8.682	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	14.819	16.384
Despesas antecipadas		1.121	890	Adiantamentos de clientes		19	-
Outros créditos		<u>1.825</u>	<u>746</u>	"Royalties" a pagar		775	862
Total do ativo circulante		<u>82.954</u>	<u>74.782</u>	Outras obrigações		<u>5.469</u>	<u>7.917</u>
				Total do passivo circulante		<u>118.611</u>	<u>101.520</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	7	21.418	25.840	Empréstimos e financiamentos	12	113.024	110.698
Depósitos judiciais	14	9.967	9.837	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	5.455	7.145
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	30.562	29.965	Outras obrigações		<u>624</u>	<u>866</u>
Investimentos em coligadas	10	123.877	130.141	Total do passivo não circulante		<u>119.103</u>	<u>118.709</u>
Imobilizado	11	<u>86.070</u>	<u>90.837</u>				
Total do ativo não circulante		271.894	286.620	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	16.a	184.685	184.685
				Reservas de lucros		3.564	3.564
				Ajuste de avaliação patrimonial	16.b	10.005	11.311
				Prejuízos acumulados		<u>(81.120)</u>	<u>(58.387)</u>
				Total do patrimônio líquido		117.134	141.173
TOTAL DO ATIVO		<u>354.848</u>	<u>361.402</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>354.848</u>	<u>361.402</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMSTED MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota explicativa	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	17	337.870	301.099
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	20	(301.687)	(270.417)
LUCRO BRUTO		36.183	30.682
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Com vendas	20	(13.352)	(10.049)
Gerais e administrativas	20	(9.453)	(11.411)
Honorários da Administração	20	(2.336)	(1.635)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(1.591)	20.763
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(7.957)	(101.162)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		1.494	(72.812)
Receitas financeiras	18	701	1.579
Despesas financeiras	18	(15.776)	(18.030)
Variação cambial, líquida	19	(11.037)	(2.726)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(24.618)	(91.989)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	8.b	-	-
Diferidos	8.b	598	38.101
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(24.020)</u>	<u>(53.888)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - R\$	16.d	<u>(1,64903)</u>	<u>(3,69954)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMSTED MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(24.020)	(53.888)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(24.020)</u>	<u>(53.888)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMSTED MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		174.334	3.564	12.753	(5.941)	184.710
Aumento de capital		10.351	-	-	-	10.351
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários		-	-	(1.442)	1.442	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(53.888)	(53.888)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>184.685</u>	<u>3.564</u>	<u>11.311</u>	<u>(58.387)</u>	<u>141.173</u>
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários		-	-	(1.306)	1.306	-
Baixa de ajuste de reavaliação		-	-	-	(19)	(19)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(24.020)	(24.020)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>184.685</u>	<u>3.564</u>	<u>10.005</u>	<u>(81.120)</u>	<u>117.134</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMSTED MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(24.020)	(53.888)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	20	10.139	10.461
Amortização	21	4.655	5.109
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(598)	(38.101)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12	14.954	14.904
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	11	9.771	11.538
Resultado de equivalência patrimonial	10	1.591	(20.763)
Perda pela remensuração de investimento ao valor justo	21	-	98.365
Provisão para perdas nos estoques	6	(172)	(104)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	21	2
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	12	11.870	3.278
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquida de reversões	15	(339)	(1.567)
Outros impactos			-
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber de clientes		(88)	7.655
Estoques		248	(8.854)
Impostos a recuperar		(4.317)	(5.489)
Depósitos judiciais		(130)	(306)
Outros créditos e demais contas		(1.310)	(482)
Aumento/(Redução) nos passivos:			
Fornecedores	13	(849)	5.944
Adiantamentos de clientes		19	(1.652)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	(1.565)	2.223
Outras obrigações e demais contas		(2.996)	2.709
Caixa gerado pelas operações		<u>16.884</u>	<u>30.982</u>
Pagamentos de processos trabalhistas e tributários	15	(1.351)	(565)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	12	(10.766)	(19.563)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>4.767</u>	<u>10.854</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	11	(15.143)	(18.557)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(15.143)</u>	<u>(18.557)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de capital	16.a	-	10.351
Captação de empréstimos e financiamentos	12	15.628	232.391
Amortizações de empréstimos e financiamentos	12	(7.120)	(228.794)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		8.508	13.948
(REDUÇÃO) AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(1.868)</u>	<u>6.245</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		6.729	484
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		4.861	6.729
(REDUÇÃO) AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(1.868)</u>	<u>6.245</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMSTED MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Disposições gerais

A Amsted Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua Dr. Othon Barcellos, 77, na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo.

As atividades da Companhia consistem na fabricação e comercialização de rodas ferroviárias, componentes fundidos de aço para vagões e para o mercado de reposição, remanufatura, reparo e reforma de componentes ferroviários e componentes fundidos de aço para o mercado industrial por meio sua unidade fabril localizada na cidade de Cruzeiro, no Estado de São Paulo.

A gestão da Companhia é feita de modo compartilhado composta por três sócios, sendo eles; Iochpe Maxion S.A. com 37,75%, Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda com 37,75% de participação, e Greenbrier do Brasil Participações Ltda com 24,50% de participação.

1.2. Histórico da posição patrimonial e financeira

Desde o ano 2012, o mercado ferroviário vem apresentando situações adversas de mercado, retração de vendas e aumento nos preços de insumos e outros custos industriais, incluindo mão de obra e logísticos.

Em face desse quadro, com exceção do ano 2015, a Companhia registrou resultados negativos nos exercícios anteriores e geração negativa de caixa, levando à contratação de novos empréstimos para financiamento de capital de giro e vendas.

Como consequência, a Companhia acumulou relativo desbalanceamento de sua posição financeira, com alto endividamento e baixo índice de liquidez corrente. Não obstante, mantém em perfeita normalidade os pagamentos de todas as suas obrigações comerciais, tributárias e bancárias, incluindo juros e amortizações contratuais.

A Companhia vem se posicionando para garantir melhores margens operacionais e promovendo diversas ações de reestruturação, entre as quais o realinhamento contínuo de seus processos produtivos e a melhor distribuição com os seus clientes das carteiras de pedidos.

1.3. Plano operacional e ações implementadas pela Administração da Companhia

Entre as ações tomadas pela Administração para melhorar os resultados e o nível de liquidez destacam-se as seguintes:

- a) Realinhamento dos processos produtivos, renovação da planta produtiva e desenvolvimento de produtos envolvendo importantes ações de eficiência tecnológica (redução de "part numbers", por exemplo), permitindo, assim, redução de custos industriais e recuperação de margens de contribuição.
- b) Busca com os clientes de melhor distribuição do "back log" da carteira de pedidos no processo de produção, diminuindo gargalos e reduzindo horas extras.

Os acionistas são mantidos atualizados acerca dos resultados da Companhia e conferem suporte às suas operações com garantias e linhas de crédito, mantendo assim o compromisso de financiar as operações e prover o suporte financeiro necessário para o pagamento de suas obrigações, caso estas sejam necessárias.

Com as medidas e os cenários apresentados, a Administração não identificou situações que possam afetar a continuidade operacional da Companhia.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados bens do ativo imobilizado, que foram avaliados pelo custo atribuído, e, quando aplicável, instrumentos financeiros mensurados por valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico em que opera.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado a partir do exercício corrente.

Áreas que envolveram estimativas e julgamentos estão sendo divulgadas como segue:

- Nota explicativa nº 5 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Nota explicativa nº 6 - Provisão para perdas nos estoques.
- Nota explicativa nº 8 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.
- Nota explicativa nº 15 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.
- Nota explicativa nº 22 - Gestão de riscos e instrumentos financeiros.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Adoção das IFRSS novas e revisadas em vigor no exercício corrente

3.1.1. Impacto da adoção inicial da IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros

A Companhia adotou a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (revisada em julho de 2014) e as correspondentes alterações relevantes às outras IFRSs no exercício corrente, em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. As disposições de transição da IFRS 9 permitem que a Companhia não rerepresente informações comparativas. Portanto, a Companhia optou por não rerepresentar informações comparativas relacionadas à classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

A IFRS 9 introduziu novas exigências para: 1) A classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, 2) A redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e 3) A contabilização geral de hedge. A Companhia adotou a IFRS 9 de acordo com as disposições de transição descritas na IFRS 9. Os detalhes dessas novas exigências, bem como seu impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, estão descritos a seguir.

Classificação e mensuração de ativos financeiros

(a) A data de adoção inicial (isto é, a data na qual a Companhia avaliou seus ativos e passivos financeiros com base nas exigências da IFRS 9) foi 1º de janeiro de 2018.

Todos os ativos financeiros reconhecidos que fazem parte do escopo da IFRS 9 devem ser subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo com base no modelo de negócios da Companhia para gestão de ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros.

Especificamente:

Os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja o de coletar os fluxos de caixa contratuais e que tenham fluxos de caixa contratuais que correspondam exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado;

Os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja tanto o de coletar os fluxos de caixa contratuais quanto o de vender os ativos financeiros e que tenham fluxos de caixa contratuais que correspondam exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto, são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;

Todos os outros investimentos em ativos financeiros e investimentos em instrumentos patrimoniais são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros em: (i) custo amortizado; e (ii) valor justo por meio do resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

(i) Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes" e "Outros créditos".

(ii) Valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

(i) Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

(iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a IFRS 9 requer um modelo de perdas de crédito esperadas em contrapartida a um modelo de perdas de crédito incorridas de acordo com a IAS 39 (CPC 38). O modelo de perdas de crédito esperadas requer que a Companhia contabilize as perdas de crédito esperadas e as variações nessas perdas de crédito esperadas em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros. Em outras palavras, não é mais necessário que um evento de crédito ocorra antes que as perdas de crédito sejam reconhecidas. Especificamente, a IFRS 9 requer que a Companhia reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber. Em particular, a IFRS 9 requer que a Companhia mensure a provisão para perdas para um instrumento financeiro em valor equivalente à perda de crédito esperada (PCE) durante a vida útil se o risco de crédito relacionado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, ou se o instrumento financeiro corresponder a um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado. Porém, se o risco de crédito relacionado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial (exceto para um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado), a Companhia deve mensurar a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A IFRS 9 requer ainda uma abordagem simplificada para a mensuração da provisão para perdas em um valor correspondente à PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento em determinadas circunstâncias. Dentre os ativos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável, as contas a receber de clientes (vide nota explicativa nº 5). As atividades da Companhia estão organizadas no segmento ferroviário, sendo a grande maioria das suas contas a receber com poucos clientes e de adequada saúde financeira e, por esse motivo, a perda com recebíveis no exercício findo em 2018 representou 0,18% de seu faturamento (sendo 0,20% em 2017). Logo, resultados da Companhia não apresentaram impactos relevantes na adoção do reconhecimento de perdas de crédito.

Passivos financeiros

Classificação

Os passivos financeiros da Companhia são classificados em:

(i) Custo amortizado, representado por fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, e contas a pagar). A Companhia possui como passivos financeiros: contas a pagar, empréstimos e financiamentos. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

(i) Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

O resumo da nova classificação é como segue:

<u>Ativo/Passivo financeiro</u>	<u>Classificação anterior</u>	<u>Classificação IFRS 9</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

3.1.2. Impacto da adoção da IFRS 15 (CPC 47) – Receita de Contratos com Clientes

No exercício corrente, a Companhia adotou a IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes (conforme alterada em abril de 2016) em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A IFRS 15 introduziu uma abordagem de reconhecimento de receitas composta por cinco passos. Orientações muito mais rígidas foram acrescentadas na IFRS 15 para abordar cenários específicos. Os detalhes dessas novas exigências, bem como seu impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, estão descritos a seguir. A Companhia adotou o pronunciamento utilizando o método de adoção retrospectivo modificado, e identificou que os critérios de reconhecimento e mensuração não sofreram alterações, e as vendas divulgadas na nota explicativa nº 16 não apresentaram impactos relevantes na adoção dessa norma a partir de 1º de janeiro de 2018. A adoção da IFRS 15 não teve impacto sobre a posição financeira e/ou desempenho financeiro da Companhia.

Durante a adoção da IFRS 15, a Companhia não identificou impactos relevantes nos exercícios de 2018 e 2017.

3.2. Demais Políticas Contábeis

a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 30 – Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47 exige que a Companhia exerça julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes.

Receita de vendas de produtos

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido, e quando há a transferência do controle ao comprador. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A Companhia não fornece garantia além daquela prevista por lei, em linha com a prática no setor.

b) Transações em moeda estrangeira

São convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras no encerramento de cada exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no encerramento de cada exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo for apurado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação e considerados de liquidez imediata ou conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se o critério de perda esperada. Há uma análise da composição do contas a receber como um todo, adotando como critério o provisionamento de todos aqueles clientes cujas faturas não apresentem expectativa de geração de benefícios econômicos futuros à Companhia.

e) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas, quando aplicável. O custo médio inclui gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido de mercado é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A Companhia realiza estimativas para avaliação da provisão para perdas nos estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis na realização dos estoques, com base na política definida pela Administração. A provisão para perdas nos estoques é constituída levando em consideração o histórico de consumo de quantidade item a item nos últimos 12 meses, comparado com o saldo de estoques existentes no exercício. Para aquelas quantidades que excederem o consumo histórico dos últimos 12 meses e que não exista nenhuma previsão de vendas futuras, uma provisão é constituída.

f) Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum ("joint venture"). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada.

g) Imobilizado

g.1) Reconhecimento e mensuração

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e reconhecidos líquidos como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no resultado.

Peças de reposição de máquinas, necessárias à normalidade do funcionamento de bens do imobilizado e que resultem em aumento da vida útil do bem em período superior a 12 meses, são classificadas como imobilizado.

g.2) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Companhia e seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção corrente no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

g.3) Depreciação

Calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais aproximadamente reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados no encerramento de cada exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos posteriormente como mudança de estimativas contábeis.

h) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Nos casos aplicáveis, os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados por meio da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

i) Avaliação do valor recuperável - "impairment"

i.1) Ativos fixos

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo e o seu valor de uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

i.2) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

j) Provisões

1) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

É atualizada até o encerramento de cada exercício pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

k) Tributação

K.1) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base na alíquota vigente no encerramento de cada exercício, sendo de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

k.2) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia, no encerramento de cada exercício, espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais.

l) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados.

(a) Impacto geral da adoção da IFRS 16 – Arrendamento

A IFRS 16 introduz um modelo abrangente para a identificação de acordos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras para arrendadores e arrendatários. A IFRS 16 substituirá as orientações atuais de arrendamento, incluindo a IAS 17 (CPC 06 (R1)) - Arrendamento Mercantil e as correspondentes interpretações a partir da sua data de vigência para períodos contábeis iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A data de adoção inicial da IFRS 16 para a Companhia será 1º de janeiro de 2019.

A Companhia optou pela adoção retrospectiva modificada da IFRS 16 de acordo com a IFRS 16:C5(b). Consequentemente, a Companhia não reapresentará as informações comparativas.

Diferentemente da contabilização do arrendatário, a IFRS 16 transfere substancialmente as exigências de contabilização do arrendador contidas na IAS 17 (CPC 06 (R1)).

(b) Impacto da nova definição de arrendamento

A Companhia usará o recurso prático disponível na transição para a IFRS 16 para não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento. Portanto, a definição de arrendamento de acordo com a IAS 17 e a IFRIC 4 (equivalente ao ICPC 03) permanecerá aplicável a arrendamentos contratados ou modificados antes de 1º de janeiro de 2019.

A alteração na definição de arrendamento refere-se principalmente ao conceito de controle. A IFRS 16 distingue contratos de arrendamento e contratos de serviços considerando se o uso de um ativo identificado é controlado pelo cliente. Controle é observado se o cliente:

- Tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso de um ativo identificado; e
- Tem o direito de controlar o uso desse ativo.

A Companhia aplicará a definição de arrendamento e correspondente orientação descrita na IFRS 16 a todos os contratos de arrendamento celebrados ou modificados em ou após 1º de janeiro de 2019 (seja ele o arrendador ou arrendatário no contrato de arrendamento).

Em antecipação à adoção inicial da IFRS 16, a Companhia executou um projeto de implementação. O projeto demonstrou que a nova definição na IFRS 16 não alterará significativamente o escopo dos contratos que se enquadram na definição de arrendamento para a Companhia.

(c) Impacto sobre a contabilização do arrendatário

Arrendamentos operacionais

Na adoção inicial da IFRS 16, para todos os arrendamentos (exceto conforme descrito a seguir), a Companhia:

- a) Reconhecerá ativos de direito de uso e obrigações de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento futuros;
- b) Reconhecerá a depreciação dos ativos de direito de uso e a participação nas obrigações de arrendamento na demonstração do resultado; e
- c) Segregará o valor total de caixa pago em principal (apresentado em atividades de financiamento) e juros (apresentado em atividades operacionais) na demonstração consolidada do fluxo de caixa.

De acordo com a IFRS 16, os ativos de direito de uso serão submetidos ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R1)). Essa norma substituirá a exigência anterior de reconhecimento da provisão para contratos de arrendamento onerosos.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores e móveis de escritório), a Companhia optará por reconhecer uma despesa de arrendamento em base linear conforme previsto na IFRS 16.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui compromissos de arrendamento operacional não canceláveis no valor de R\$34.202.

O impacto no resultado de 2019, corresponderá a uma redução em "Outras despesas" em R\$8.826, aumento na depreciação em R\$7.690 e aumento nas despesas com juros em R\$1.136.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	675	1.092
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>4.186</u>	<u>5.637</u>
Total	<u>4.861</u>	<u>6.729</u>

Em 31 de dezembro de 2018, as aplicações financeiras mantidas pela Companhia são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, compromissadas, distribuídas em diversas instituições financeiras com remuneração de 96,25% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (96,01% em 31 de dezembro de 2017), e estão classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por possuírem prazo máximo de 90 dias para resgate e serem consideradas ativos financeiros com garantia de resgate imediato, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
No Brasil	10.568	9.593
No exterior	3.966	4.853
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(696)</u>	<u>(675)</u>
Total	<u>13.838</u>	<u>13.771</u>

b) Saldos por idade de vencimento

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	12.064	12.098
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.774	1.672
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	1
Acima de 181 dias	<u>696</u>	<u>675</u>
Total	<u>14.534</u>	<u>14.446</u>

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo no início do exercício	(675)	(673)
Reversões	-	13
Adições	<u>(21)</u>	<u>(15)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(696)</u>	<u>(675)</u>

6. ESTOQUES

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Produtos acabados	15.832	13.552
Produtos em elaboração	9.930	11.318
Matérias-primas	2.553	3.524
Materiais auxiliares	14.396	15.374
Adiantamentos a fornecedores	605	169
Importações em andamento	637	264
Provisão para perdas	<u>(65)</u>	<u>(237)</u>
Total	<u>43.888</u>	<u>43.964</u>

A movimentação na provisão para perdas em estoques foi como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo no início do exercício	(237)	(341)
Reversões	411	451
Adições	<u>(239)</u>	<u>(347)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(65)</u>	<u>(237)</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (*)	33.602	25.838
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.955	3.380
Programa de Integração Social - PIS	766	951
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.045	1.241
Reintegração de Valores Tributários para Exportadores - REINTEGRA	632	1.761
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	689	1.244
Outros	<u>150</u>	<u>107</u>
Total	<u>38.839</u>	<u>34.522</u>
Ativo circulante	17.421	8.682
Ativo não circulante	21.418	25.840

(*) ICMS a recuperar proveniente de créditos acumulados gerados pelas diferenças de alíquotas nas aquisições de matérias primas (alíquota de 18% no Estado de São Paulo), uma vez que parte das vendas é realizada para outras unidades da federação, cuja alíquota é menor, gerando desta forma créditos para a Companhia. Em novembro de 2018, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo liberou R\$11.494 desse crédito, o qual será utilizando para pagamentos de fornecedores (tais transações começaram a se concretizar no início de 2019, conforme divulgado na nota de eventos subsequentes).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17.165	16.893
Provisão para perdas nos estoques	22	81
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	237	230
Provisão para garantia	412	402
Participação nos lucros	1.404	1.304
Outras	<u>2.762</u>	<u>2.856</u>
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	<u>62.872</u>	<u>57.040</u>
Provisão para créditos sem expectativa de realização	<u>(7.992)</u>	<u>-</u>
Custo atribuído ao imobilizado	(6.052)	(6.724)
Mais-valia de investimento avaliado a valor justo	(30.265)	(31.848)
Diferença de critério de depreciação	<u>(10.003)</u>	<u>(10.269)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	<u>30.562</u>	<u>29.965</u>

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovados pelos órgãos da Administração, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nos seguintes exercícios:

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2019	388
2020	2.991
2021	3.630
2022	3.990
2023	4.539
2024 em diante	15.024
Total	<u>30.562</u>

A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias no montante de R\$22.002 (R\$21.766 em 31 de dezembro de 2017) serão realizados na proporção da resolução final dos processos judiciais e dos demais eventos.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios que estão sendo implementadas conforme planos executados pela Administração, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Dessa forma, a Administração da Companhia acredita que a recuperação dos créditos tributários é considerada provável.

b) Conciliação das alíquotas fiscais do imposto de renda com sua taxa efetiva

A conciliação do crédito (despesa) calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e do montante de imposto de renda e contribuição social registrado no resultado é demonstrada como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(24.618)	(91.989)
Alíquota combinada - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Benefício de imposto de renda e contribuição social à alíquota combinada	8.370	31.276
Equivalência patrimonial	(541)	7.059
Diferenças permanentes	761	(234)
Provisão para créditos sem expectativa de realização	<u>(7.992)</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>598</u>	<u>38.101</u>
Diferidos	598	38.101
	2%	41%

9. PARTES RELACIONADAS

a) Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, conforme estatuto, estão apresentados a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal-chave da Administração (salários e benefícios)	<u>2.336</u>	<u>1.635</u>

- b) Foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia as operações entre partes relacionadas a preços, prazos e encargos financeiros, de acordo com as condições estabelecidas entre as partes. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, são detalhados a seguir:

	2018				
	Ativo	Passivo		Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores	Mútuo	Vendas	Compras
Iochpe-Maxion S.A. (i)	6	5.210	33.298	-	50.016
Amsted Rail Company, Inc. (ii)	1.504	660	40.859	22.510	-
Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda.	7	43	-	5.595	1.013
The Greenbrier Companies and Inc.	-	-	40.859	-	-
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.	486	157	-	119.737	365
Total	2.003	6.070	115.016	147.842	51.394

	2017			
	Ativo	Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores/ Mutuo/Patente	Vendas	Compras
Iochpe-Maxion S.A. (i)	7	34.356	-	26.188
Amsted Rail Company, Inc. (ii)	1.284	33.536	11.210	51
Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda.	8	93	1.670	133
The Greenbrier Companies and Inc.	-	33.536		
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.	976	308	134.237	1.468
Total	2.275	101.829	147.117	27.840

- (i) A Companhia efetua compra de sucata da controladora em conjunto Iochpe-Maxion S.A.
- (ii) A Companhia adquire matérias-primas de componentes ferroviários (principalmente eixos e rolamentos) da controladora em conjunto Amsted Rail Company, Inc., empresa controlada pela Amsted Industries, Inc., e de sua coligada Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.
- c) Contratos de serviços compartilhados ("shared services agreement")
- (i) Em 29 de fevereiro de 2000, a Companhia e a controladora em conjunto Iochpe-Maxion S.A., visando à redução de custos e despesas, firmaram um contrato pelo qual é regulamentado o compartilhamento da infraestrutura e das instalações localizadas na unidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, uma vez que suas unidades são adjacentes e localizadas no mesmo complexo industrial. Cada uma das partes arca com o custo relativo à manutenção e administração das instalações localizadas em sua propriedade e ambas arcam com quaisquer investimentos destinados ao aumento ou desenvolvimento da capacidade produtiva das instalações no caso de o projeto ser do interesse de todas. O contrato tem vigência de 25 anos. Despesas de infraestrutura e instalações que compõem esse contrato, lançadas em despesas gerais e administrativas, somaram R\$558 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$774 em 31 de dezembro de 2017).

- (ii) Em 6 de maio de 2015, a Companhia e sua coligada Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A., visando à redução de custos e despesas, firmaram um contrato pelo qual é regulamentado o compartilhamento da infraestrutura e gestão, que compreende, entre outros, funcionários, técnicos, empreiteiros, equipamentos e materiais (Estrutura Administrativa), estando abrangido pelo contrato o compartilhamento das despesas dos seguintes setores corporativos: Diretoria, Informática, Contabilidade, Tesouraria, Vendas, Marketing e Planejamento Estratégico. Despesas de infraestrutura e instalações que compõem esse contrato, lançadas em outras receitas operacionais, somaram R\$1.840 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 2.860 em 31 de dezembro de 2017).

10. INVESTIMENTOS

a) Movimentação

A investida Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como atividades produtivas a fabricação, usinagem, montagem, distribuição e venda de máquinas ferroviárias, bem como sua importação e exportação.

	Saldo em 31/12/2017	Amortizações/ baixas	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2018
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.	36.266		(1.609)	34.657
Mais-valia	110.250			110.250
(-) Amortização da mais-valia	(16.375)	(4.655)		(21.030)
Total líquido	<u>130.141</u>	<u>(4.655)</u>	<u>(1.609)</u>	<u>123.877</u>
	Saldo em 31/12/2016	Amortizações/ baixas	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2017
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.	15.503	-	20.763	36.266
Mais-valia	208.615	(98.365)	-	110.250
(-) Amortização da mais-valia	(11.266)	(5.109)	-	(16.375)
Total líquido	<u>212.852</u>	<u>(103.474)</u>	<u>20.763</u>	<u>130.141</u>

Movimentação da mais-valia:

	Amortizações	2016	Amortizações	2017	Amortizações	2018
Rentabilidade futura	-	130.547	-	64.977	-	64.977
Carteira de clientes	(6.180)	55.624	(4.865)	23.552	(4.425)	19.127
Marca	-	8.789	-	4.367	-	4.367
Estoques		-		-		-
Imobilizado	(291)	2.389	(244)	979	(230)	749
Total	<u>(6.471)</u>	<u>197.349</u>	<u>(5.109)</u>	<u>93.875</u>	<u>(4.655)</u>	<u>89.220</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e, dessa forma, nenhuma provisão para "impairment" foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

b) Informações da empresa coligada

	2018							Prejuízo do exercício
	Nº de ações (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	
Amsted Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.	48.326	40,0	321.159	235.876	87.707	85.283	567.024	(5.640)

	2017							Lucro do exercício
	Nº de ações (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	
Amsted Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.	48.326	40,0	253.538	162.568	87.707	90.970	711.499	8.434

11. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	2018			2017
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	5,55	53.075	(24.882)	28.253	29.047
Máquinas e equipamentos	11,00	156.242	(111.428)	44.813	45.290
Moldes	18,00	33.566	(28.510)	5.056	5.883
Móveis e utensílios	7,00	2.735	(1.800)	935	857
Veículos	22,22	412	(216)	196	162
Equipamentos de computação	31,50	4.775	(3.043)	1732	1.571
Outras imobilizações	2,25	15	(14)	1	1
Terrenos	-	875	-	875	875
Obras em andamento	-	2.610	-	2.610	5.547
Peças de reposição de máquinas	-	2.425	(827)	1.598	1.604
Total		256.730	(170.660)	86.070	90.837

Movimentação do custo - 2018

	2017	2018			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	52.923	-	-	152	53.075
Máquinas e equipamentos	149.972	9.962	(9.659)	5.967	156.242
Moldes	32.659	-	-	907	33.566
Móveis e utensílios	2.499	-	-	236	2.735
Veículos	402	-	(118)	128	412
Equipamentos de computação	4.149	-	-	626	4.775
Outras imobilizações	15	-	-	-	15
Terrenos	875	-	-	-	875
Obras em andamento	5.547	5.167	(88)	(8.016)	2.610
Peças de reposição de máquinas	2.411	14	-	-	2.425
Total	251.452	15.143	(9.865)	-	256.730

Movimentação da depreciação - 2018

	2017	2018		Depreciação acumulada
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	
Edificações e benfeitorias	(23.876)	(946)	-	(24.822)
Máquinas e equipamentos	(104.682)	(6.746)	-	(111.428)
Moldes	(26.776)	(1.734)	-	(28.510)
Móveis e utensílios	(1.642)	(158)	-	(1.800)
Veículos	(240)	(70)	94	(216)
Equipamentos de computação	(2.578)	(465)	-	(3.043)
Outras imobilizações	(14)	-	-	(14)
Peças de reposição de máquinas	(807)	(20)	-	(827)
Total	(160.615)	(10.139)	94	(170.660)

Movimentação do custo - 2017

	2016	2017			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	52.876	-	-	47	52.923
Máquinas e equipamentos	149.054	10.839	(11.207)	1.286	149.972
Moldes	31.630	-	-	1.029	32.659
Móveis e utensílios	2.400	3	(16)	112	2.499
Veículos	381	-	(106)	127	402
Equipamentos de computação	3.263	13	-	873	4.149
Outras imobilizações	15	-	-	-	15
Terrenos	875	-	-	-	875
Obras em andamento	1.567	7.497	(43)	(3.474)	5.547
Peças de reposição de máquinas	2.457	205	(251)	-	2.411
Total	244.518	18.557	(11.623)	-	251.452

Movimentação da depreciação - 2017

	2016	2017		Depreciação acumulada
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	
Edificações e benfeitorias	(22.946)	(930)	-	(23.876)
Máquinas e equipamentos	(97.812)	(6.870)	-	(104.682)
Moldes	(24.933)	(1.843)	-	(26.776)
Móveis e utensílios	(1.501)	(141)	-	(1.642)
Veículos	(240)	(85)	85	(240)
Equipamentos de computação	(2.215)	(363)	-	(2.578)
Outras imobilizações	(13)	(1)	-	(14)
Peças de reposição de máquinas	(579)	(228)	-	(807)
Total	(150.239)	(10.461)	85	(160.615)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e, dessa forma, nenhuma provisão para "impairment" foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Indexador	Taxa efetiva anual de juros - %	2018	2017
Moeda nacional:				
Financiamento Intercompany	CDI + 2%	8,53	33.298	31.961
NCE	CDI+1,95%	8,47	3.507	-
NCE	CDI+2,4%	8,95	20.034	20.034
NCE	125,7% CDI	8,11	40.476	30.394
NCE	128,6% CDI	8,30	5.013	10.024
"Leasing"	-	11,60	45	
"Leasing"	-	9,33	93	134
Moeda estrangeira:				
Financiamento intercompany	-	8,00	81.719	67.072
Total			<u>184.185</u>	<u>159.619</u>
Passivo circulante			71.161	48.921
Passivo não circulante			113.024	110.698

NCE - Nota de Crédito à Exportação.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	2018	2017
Saldo em 31 de dezembro	159.619	157.403
Captações	15.628	232.391
Provisão de juros	14.954	14.904
Amortização do principal	(7.120)	(228.794)
Pagamento de juros	(10.766)	(19.563)
Variação cambial	11.870	3.278
Saldo em 31 de dezembro	<u>184.185</u>	<u>159.619</u>

As parcelas registradas no passivo circulante e não circulante possuem o seguinte prazo de vencimento:

2019	71.161
2020	113.024
Total	<u>184.185</u>

13. FORNECEDORES

	2018	2017
No País	20.205	22.616
No exterior	39	1.091
Partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	5.410	2.796
Total	<u>25.654</u>	<u>26.503</u>

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários	1	104
Encargos sociais	2.601	4.622
Provisão para férias	8.086	7.823
Participação nos resultados	<u>4.131</u>	<u>3.835</u>
Total	<u>14.819</u>	<u>16.384</u>

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas, com base em experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Processos tributários:		
Federais	44.407	42.479
Processos trabalhistas	5.065	6.818
FGTS – Adicional 10%	998	387
Processos cíveis	<u>16</u>	<u>-</u>
	50.486	49.684
Depósitos judiciais	<u>(45.031)</u>	<u>(42.539)</u>
Total	<u>5.455</u>	<u>7.145</u>

As movimentações durante os exercícios são apresentadas a seguir:

	<u>Saldo em</u> <u>2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Saldo em</u> <u>2018</u>
Processos tributários:						
Federais	42.479	257	-	(18)	1.689	44.407
Processos trabalhistas:	6.818	205	(2.029)	-	71	5.065
FGTS – Adicional 10%:	387	611	-	-	-	998
Processos Cível	-	16	-	-	-	16
Total	<u>49.684</u>	<u>1.089</u>	<u>(2.029)</u>	<u>(18)</u>	<u>1.760</u>	<u>50.486</u>
Depósitos judiciais	<u>(42.539)</u>	<u>(920)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>(1.573)</u>	<u>(45.031)</u>
	<u>Saldo em</u> <u>2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Saldo em</u> <u>2017</u>
Processos tributários:						
Federais	39.223	597	-	-	2.659	42.479
Processos trabalhistas:	9.173	191	(565)	(2.052)	71	6.818
FGTS – Adicional 10%:	104	272	-	-	11	387
Total	<u>48.500</u>	<u>1.060</u>	<u>(565)</u>	<u>(2.052)</u>	<u>2.741</u>	<u>49.684</u>
Depósitos judiciais	<u>(39.223)</u>	<u>(869)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.447)</u>	<u>(42.539)</u>

A seguir, uma breve descrição dos processos em que a Companhia figura como partes, de acordo com sua natureza:

Processos de natureza tributária

	2018			2017		
	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Passivo líquido	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Passivo líquido
PIS/COFINS (a)	25.663	(25.598)	65	24.522	(24.503)	19
FGTS – Adicional 10% (c)	998	(997)	1	387	(387)	-
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (b)	18.436	(18.436)	-	17.649	(17.649)	-
Total	45.097	(45.031)	66	42.558	(42.539)	19

(a) Discussões judiciais questionando a cobrança das contribuições sobre: (i) comissões de agentes e “royalties” pagos ao exterior; e (ii) fretes sobre transferência entre filiais.

(b) Discussões judiciais relativas à cobrança de INSS sobre 1/3 de férias, afastamento e Seguro de Acidente do Trabalho - SAT, bem como encargos sobre aviso prévio indenizado.

(c) Discussões judiciais relativas à cobrança de 10% de adicional sobre FGTS nas rescisões de contrato de trabalho.

Reclamações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia figurava como parte em 98 (107 em 31 de dezembro de 2017) processos trabalhistas. Os principais temas abordados nesses processos versam sobre doenças ocupacionais, acidentes, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, equiparações salariais e verbas rescisórias, entre outros, não existindo processos de valor individualmente relevante. O montante total discutido é de R\$19.770 (R\$21.138 em 31 de dezembro de 2017), para o qual a provisão no valor de R\$5.065 (R\$6.818 em 31 de dezembro de 2017) foi constituída com base em informações históricas representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco remoto, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização nem sua divulgação.

Reclamações tributárias e cíveis

A Companhia possui ações em andamento de natureza tributária e cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível. Em 31 de dezembro de 2018, esses processos totalizavam aproximadamente R\$136.846 (R\$132.993 em 31 de dezembro de 2017).

O principal processo de natureza possível está descrito a seguir:

- Auto de infração sobre o suposto não recolhimento de ICMS na unidade de Cruzeiro, no montante de R\$106.839 em 31 de dezembro de 2018 (R\$105.075 em 2017).

Depósitos judiciais recursais

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os saldos são representados basicamente por depósitos judiciais relativos a reclamações trabalhistas e processos tributários. Tais depósitos, que não envolvem obrigações correntes, foram necessários para dar andamento aos processos. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda não é considerada como provável e, portanto, não foi constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósitos judiciais recursais:		
Federal	7.367	6.452
Trabalhistas	2.600	3.385
Total dos depósitos judiciais recursais	<u>9.967</u>	<u>9.837</u>

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$184.685 em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 e está representado por 14.566.121.871 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituído em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado (custo atribuído), com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante e estão sendo realizados por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

c) Distribuição de lucros

O lucro do exercício, quando positivo, será apurado em conformidade com os termos do artigo 191 da Lei nº 6.404/76 e terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) 25% para a distribuição como dividendos obrigatórios; e (iii) 70% do restante que não for apropriado à reserva estatutária de investimento e de capital de giro ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que será destinada como dividendo suplementar aos acionistas.

d) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e na respectiva quantidade média de ações em circulação, conforme o quadro a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(24.020)	(53.888)
Quantidade média ponderada de ações	14.566.122	14.566.122
Prejuízo do exercício por ação - básico e diluído - R\$	<u>(1,64903)</u>	<u>(3,69954)</u>

A Companhia não possui instrumentos dilutivos e, por isso, o prejuízo por ação básico é igual ao diluído.

17. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta de vendas:		
Vendas de produtos	380.851	340.640
Serviços prestados	639	1.652
Deduções:		
Impostos sobre as vendas e serviços	(39.994)	(37.177)
Devoluções e cancelamentos do exercício	<u>(3.626)</u>	<u>(4.016)</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>337.870</u>	<u>301.099</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos e juros ativos	319	1.197
Outras	<u>382</u>	<u>382</u>
Total	<u>701</u>	<u>1.579</u>
Despesas financeiras:		
Juros e encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(15.617)	(15.735)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(31)	(1.089)
Comissões sobre aval	-	(954)
Outras	<u>(128)</u>	<u>(252)</u>
Total	<u>(15.776)</u>	<u>(18.030)</u>

19. VARIAÇÃO CAMBIAL, LÍQUIDA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Variação cambial ativa	18.232	5.454
Variação cambial passiva	<u>(29.269)</u>	<u>(8.180)</u>
Total	<u>(11.037)</u>	<u>(2.726)</u>

20. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Matéria-prima	(99.020)	(80.276)
Salários, encargos e benefícios	(96.440)	(94.176)
Materiais e manutenção	(70.048)	(61.172)
Energia elétrica	(21.584)	(20.060)
Depreciação	(10.139)	(10.461)
Serviços prestados por terceiros	(9.980)	(10.027)
Fretes	(6.331)	(5.639)
Locomoção e comunicação	(1.521)	(2.555)
Honorários da Administração	(2.336)	(1.635)
Comissões e "royalties"	(2.840)	(2.515)
Garantia de produtos	(194)	(63)
Outras	<u>(6.395)</u>	<u>(4.933)</u>
Total	<u>(326.828)</u>	<u>(293.512)</u>

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(301.687)	(270.417)
Despesas com vendas	(13.352)	(10.049)
Despesas gerais e administrativas	(9.453)	(11.411)
Honorários da Administração	(2.336)	(1.635)
Total	<u>(326.828)</u>	<u>(293.512)</u>

21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outras receitas:		
Recuperação de despesas e créditos	236	5.808
Outras receitas	499	100
	<u>735</u>	<u>5.908</u>
Outras despesas:		
Baixa de investimento a valor justo	-	(98.365)
Contingências tributárias e trabalhistas	(302)	(1.095)
Impostos federais e estaduais	(1.121)	(1.067)
Multas	(198)	(8)
Contribuição para associação de classe	(658)	(571)
Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU	(146)	(125)
Projeto Formare	(68)	(61)
Amortização de intangível	(4.655)	(5.109)
Consultoria	(715)	-
Outras provisões	-	(81)
Outras despesas	(829)	(588)
	<u>(8.692)</u>	<u>(107.070)</u>
Total de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(7.957)</u>	<u>(101.162)</u>

22. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratadas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle interno, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é também aprovada pelo Conselho de Administração de sua controladora em conjunto Iochpe-Maxion S.A., sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger (câmbio). A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco. Os resultados obtidos dessas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Classificação dos instrumentos financeiros - por categoria

	Nota explicativa	2018	2017
Ativos financeiros:			
Custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.861	6.729
Contas a receber de clientes	5	13.838	13.771
Outros créditos		<u>1.825</u>	<u>746</u>
Total		<u>20.524</u>	<u>21.246</u>
Passivos financeiros:			
Custo amortizado:			
Empréstimos e financiamentos	12	184.185	159.619
Fornecedores (incluem partes relacionadas)	13	25.654	26.503
Outras obrigações		<u>5.469</u>	<u>7.917</u>
Total		<u>215.308</u>	<u>194.039</u>

b) Valores justos

A Companhia aplica as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - outras informações, exceto aquelas incluídas no Nível 1, pelas quais os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços) em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado ou substancialmente quanto à integralidade dos termos dos ativos ou passivos.
- Nível 3 - informações disponíveis em virtude de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que não são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa ou agência reguladora, entre outros, e aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorram regularmente em bases puramente comerciais; sendo assim, o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados no encerramento de cada exercício, estando incluído no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativo de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

No caso da Companhia, os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como contas-correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores de curto prazo, apresentam-se por valores próximos de mercado.

Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado no qual a Companhia está inserida e confiam o menos possível nas estimativas específicas desta.

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem fornecidas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Caso as informações sejam oriundas de dados internos da Companhia, o instrumento estará incluído no Nível 3.

c) Gestão de riscos financeiros

As operações da Companhia estão sujeitas aos seguintes fatores de risco:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

As receitas, quase em sua totalidade, são distribuídas entre as operadoras logísticas ferroviárias e mineradoras. A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento, e não há diferenças entre o valor justo e contábil dessas provisões (vide valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa na nota explicativa nº 5). Adicionalmente, uma parcela significativa de suas vendas é feita com partes relacionadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a área de Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda). Por meio de sua política de gestão de riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa e indicadores financeiros de gestão da dívida.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	2018		2017	
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Empréstimos e financiamentos	71.161	113.024	48.921	110.698
Fornecedores (incluem partes relacionadas)	25.654	-	26.503	-
Outras obrigações	5.469	-	7.917	-
Total	<u>102.284</u>	<u>113.024</u>	<u>83.341</u>	<u>110.698</u>

Risco de flutuação nos preços de aço

Uma parcela significativa das operações da Companhia depende da capacidade de adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço do aço e alumínio tenha um acréscimo significativo e a Companhia não consiga repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensar esse aumento, a margem operacional será reduzida.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou às perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A Companhia possui política específica para a contratação de operações de "hedge" para mitigar esses riscos. Os principais ativos e passivos sujeitos aos riscos cambiais são:

- Contas a receber: conforme demonstrado na nota explicativa nº 5, a Companhia possui saldo de contas a receber no exterior no montante de R\$3.966, equivalentes a US\$1.024 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$4.853, equivalentes a US\$1.467 mil, em 31 de dezembro de 2017).
- Fornecedores: a Companhia possui saldo de contas a pagar no exterior no montante de R\$39, equivalentes a US\$10 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$1.091, equivalentes a US\$330 mil, em 31 de dezembro de 2017).
- Empréstimos e financiamentos: a Companhia possui saldo a pagar de antecipação de contrato de câmbio no montante de R\$81.719, equivalentes a US\$21.090 mil em 31 de dezembro de 2018 (R\$67.071, equivalentes a US\$20.275 em 31 de dezembro de 2017).
- Instrumentos financeiros derivativos: durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia não contratou nenhum instrumento financeiro derivativo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e na taxa de juros

Os instrumentos financeiros, estão expostos às variações de valor justo em decorrência da flutuação de taxas de câmbio e taxas de juros do CDI. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou como risco de mercado que mais pode afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo o risco de taxa de juros: (1) taxas de CDI e (2) taxa de câmbio do dólar norte-americano/real.

(ii) Seleção dos cenários

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moeda desses passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Além desse cenário, foram apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2018.

A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável na desvalorização do real sobre o dólar norte-americano e o euro por considerar que este reflete substancialmente as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Os cenários possíveis e remotos consideram variações de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros de CDI em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2018:

	Cenários		
	Provável	Possível -25%	Remoto -50%
<u>Aplicações financeiras – CDI</u>			
CDI em 31 de dezembro de 2018	6,16%	4,62%	3,08%
Aplicações financeiras indexadas – 96,25% do CDI - R\$4.186:			
Saldo contábil considerando a receita financeira estimada	258	193	129
Efeito	-	(64)	(129)
	Cenários		
	Provável	Possível +25%	Remoto +50%
<u>Empréstimos e financiamentos - CDI</u>			
CDI em 31 de dezembro de 2018	8,47%	10,59%	12,71%
Saldo contábil considerando a despesa financeira estimada	8.669	10.837	13.004
Efeito	-	2.167	4.335

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial em 31 de dezembro de 2018, a Companhia considerou os saldos conforme demonstrado na exposição cambial do item "Risco de taxa de câmbio".

Considerando essas exposições cambiais, em 31 de dezembro de 2018, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

<u>Risco da Companhia</u>	<u>Ganhos</u>	
	<u>Cenário possível</u>	<u>Cenário remoto</u>
Redução da cotação do dólar norte-americano	<u>19.448</u>	<u>38.896</u>

O cenário possível considera uma valorização do dólar norte-americano em 25% sobre o real, considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 4,8435/US\$ 1,00, e o cenário remoto, uma valorização de 50% (R\$ 5,8122/US\$1,00).

Os resultados à luz das paridades consideradas seriam perdas de R\$19.448 no cenário possível e de R\$38.896 no cenário remoto.

A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável, por considerar que este reflete substancialmente as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

23. GESTÃO DE CAPITAL

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do "Weighted Average Cost of Capital - WACC" (Custo Médio Ponderado de Capital).

A dívida em relação ao capital no encerramento de cada exercício é apresentada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Total de empréstimos e financiamentos	184.185	159.619
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.861)</u>	<u>(6.729)</u>
Dívida líquida	<u>179.324</u>	<u>152.890</u>
Total do patrimônio líquido	<u>117.134</u>	<u>141.173</u>
Relação do patrimônio líquido sobre a dívida líquida	<u>65,3%</u>	<u>92,3%</u>

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em conta a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é assim demonstrada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucros cessantes	146.356	174.572
Danos materiais	134.979	71.806
Seguro D&O	19.200	16.380
Responsabilidade civil	6.400	5.540

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme mencionado na nota explicativa 7, a Companhia efetivou ao longo do mês de fevereiro de 2019 a compensação de parte dos créditos de ICMS que tiveram a liberação por parte da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Um montante de R\$5.498 foi compensado junto a fornecedores (sendo o principal deles a Iochpe Maxion S.A.).

26. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão e divulgação em reunião da Diretoria da Companhia realizada em 15 de abril de 2019.
